



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

---

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

---

GUILHERME OCTÁVIO MORAIS COSTA

**A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA: UMA ANÁLISE  
DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-BRASILEIRAS**

ARARAQUARA

2015

A large, stylized graphic of a globe is positioned in the lower half of the page. It is composed of various shades of blue and white, with white lines representing the latitude and longitude lines of the globe. The globe is partially cut off at the bottom and right edges.

**GUILHERME OCTÁVIO MORAIS COSTA**

**A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA: UMA  
ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-  
BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso – Monografia apresentada  
como avaliação para a obtenção do título de Bacharel em  
Economia do curso de Ciências Econômicas, da Faculdade  
de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista –  
UNESP/ARARAQUARA.

Orientador: Prof.º Dr.º Elton Eustáquio Casagrande

**ARARAQUARA**

**2015**

**GUILHERME OCTÁVIO MORAIS COSTA**

**A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA: UMA  
ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-  
BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso – Monografia apresentada  
como avaliação para a obtenção do título de Bacharel em  
Economia do curso de Ciências Econômicas, da Faculdade  
de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista –  
UNESP/ARARAQUARA.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.º Dr.º Elton Eustáquio Casagrande**  
**FCLAR/UNESP**

**Prof.ª Dr.ª Luciana Togeiro de Almeida**  
**FCLAR/ UNESP**

Araraquara, \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, especialmente, à minha mãe e ao meu irmão, pelo amor incondicional e por estarem sempre ao meu lado. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus amigos, de Araraquara e de São João, pelas risadas, pela companhia, enfim, por tudo.

Ao meu orientador, professor Elton, pela paciência e pelo apoio de sempre.

Obrigado por fazerem parte desta jornada!

## **RESUMO**

O presente estudo visa analisar e caracterizar a evolução das relações comerciais estabelecidas entre Brasil e China no período recente. O interesse pelo tema se deve ao fato de que, ao longo da última década, assistiu-se ao deslocamento do centro de gravidade da economia global do Atlântico para o Pacífico, como resultado da rápida ascensão da China. Em apenas uma década, o país asiático tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, suplantando uma longa hegemonia norte-americana em nosso comércio internacional.

**Palavras-chave:** Economia, Brasil e China, Balança Comercial Sino-Brasileira.

## SUMÁRIO

Introdução.....	6
Capítulo I: Histórico da Aproximação Comercial entre Brasil e China.....	7
Capítulo II: Panorama Atual das Relações Comerciais Bilaterais.....	13
Capítulos III: Uma análise da Balança Comercial (2001-2010).....	20
Referências Bibliográficas.....	31

## 1. INTRODUÇÃO

A exemplo do que ocorre no cenário internacional, a China vem ocupando um papel progressivamente mais importante nas relações comerciais com o Brasil. O forte crescimento do intercâmbio comercial entre os dois países pode ser observado uma vez que, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto o Comércio do Brasil com o Mundo dobrou entre 1995 e 2005, as relações comerciais entre Brasil e China aumentaram cinco vezes no mesmo período, refletindo um forte dinamismo tanto das importações quanto das exportações bilaterais brasileiras.

Houve a partir da década de 1990 um fortalecimento da aproximação econômica entre Brasil e China, e não apenas política. Anteriormente, as relações comerciais do Brasil com o continente asiático estavam limitadas basicamente ao Japão. Embora apresentem diferenças culturais, Brasil e China possuem muitas complementariedades e similaridades comerciais. Ambos destacam-se como grandes potências econômicas emergentes e com mercados domésticos de grande escala de crescimento.

O presente estudo pretende mostrar que o Brasil pode aproveitar as oportunidades propiciadas pelo forte crescimento chinês para desenvolver setores industriais que façam uso intenso de tecnologia, aumentando a exportação de produtos manufaturados brasileiros para os chineses. Isso se deve ao fato de que, embora o Brasil seja um dos poucos países a obter superávit comercial com a China, a prevalência de matérias-primas na pauta das exportações preocupa, visto que a oscilação dos preços das commodities é maior em relação à dos produtos manufaturados.

Ao longo dos últimos anos o Brasil foi favorecido pelo alto preço do valor das commodities, mas, no longo prazo, a situação poderá ser revertida, colocando o país em situação de desvantagem.

## 2. CAPÍTULO I

### HISTÓRICO DA APROXIMAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA

As relações sino-brasileiras intensificaram-se nos últimos anos motivadas, principalmente, pelo processo de globalização adotado pela República Popular da China. O país asiático tornou-se, entre os países em desenvolvimento, o principal beneficiário do processo de globalização, principalmente após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

Estatísticas das mais diversas fontes demonstram que o comércio internacional aumentou a taxas mais elevadas que a produção mundial, evidenciando o grau de interdependência global dos processos produtivos. Neste contexto, vale ressaltar que as relações comerciais entre Brasil e China são muito mais antigas do que o período a ser analisado. Entretanto, para efeito deste estudo, considerar-se-á apenas o vínculo comercial entre os dois países a partir do século XX.

Segundo Pires e Paulino (2011), após a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, em 1951, o Brasil inaugura um novo período marcado, no plano interno, por políticas de forte cunho nacional-desenvolvimentista e, no plano externo, por uma maior independência econômica dos Estados Unidos. Tal fato teve seu auge em 1961, quando o então vice-presidente João Goulart, em visita ao território chinês, foi recebido pelo governo como “grande amigo da China”.

Contudo, o processo de reaproximação sofreu um forte revés em 1964 com o golpe militar. Vale ressaltar que no período e nos primórdios da Guerra Fria, a política externa brasileira se aliava ao direcionamento norte-americano, interrompendo as relações diplomáticas entre Brasil e China durante mais de dez anos. Todavia, já em 1975, reconhecendo a importância do país asiático para os interesses nacionais, o general Ernesto Geisel, então Presidente da República, reestabelece as relações diplomáticas com a República Popular da China.

Assim sendo, desde a visita do então presidente ao país asiático e, principalmente, após o término da ditadura militar no Brasil e do reestabelecimento da democracia, em 1985, as relações diplomáticas, políticas e econômicas entre os dois países ganharam um impulso cada vez maior.

Ainda segundo Pires e Paulino (2011), as relações sino-brasileiras situaram-se nos mais diversos âmbitos, como nos campos da economia e comércio, transporte

marítimo, aviação, ciência e tecnologia, uso pacífico de energia nuclear, cultura e educação, entre outros.

Os autores destacam, entretanto, que do ponto de vista das relações comerciais o período compreendido entre (1974-2002) não apresentou resultados expressivos. Em parte, este resultado pode ser explicado pelas dificuldades encontradas pela economia brasileira neste período, como a crise energética com os dois choques do petróleo na década de 1970, a crise da dívida externa e a crise fiscal.

Em decorrência do forte ajuste fiscal, o comércio exterior foi afetado de forma mais acentuada, dado que o modelo de substituição das importações adotado pelo Brasil tornava o índice de internacionalização muito baixo se comparado à economia mundial. Ademais, os reflexos das reformas econômicas da China não eram sentidos de forma tão expressiva, como ocorrido após o ingresso do país na OMC em 2001 (PIRES E PAULINO, 2011).

De acordo com Machado e Ferraz (2006), apesar do notável crescimento econômico da China após 1979, decorrente do êxito do plano de abertura econômica adotado pelos chineses, o intercâmbio bilateral entre Brasil e China manteve-se num patamar reduzido, principalmente ao levar em consideração o potencial dos dois países. Segundo os autores, a baixa movimentação comercial entre os dois países não passou despercebida pelas autoridades chinesas, tanto que o então presidente chinês Jiang Zemin veio ao Brasil em 1993, propondo intensificar as trocas comerciais sino-brasileiras. O resultado do encontro não tardou a aparecer, uma vez que nos anos subsequentes o fluxo comercial entre Brasil e China só se fez aumentar.

O histórico das relações comerciais, desde meados da década de 1980, permite constatar que o saldo da Balança Comercial tem sido mais favorável ao Brasil no período analisado. Constatou-se também que o aumento da receita das exportações brasileiras ocorreu basicamente pelo aumento dos preços das *commodities*. Ao realizar-se um exame mais detalhado dos produtos que compõem a pauta das exportações, Machado e Ferraz (2006) destacaram o peso excessivo alcançado por produtos com menor grau de elaboração. Não obstante, o resultado é o oposto ao analisarmos as importações. Os produtos manufaturados são predominantes entre os itens importados.

Segundo Oliveira (1987), no final do século XIX e início do século XX o relacionamento brasileiro com o continente asiático foi ínfimo e restringiu-se, basicamente, à vinda de mão-de-obra japonesa e à imigração não oficial de chineses ao

Brasil. No pós Guerra Fria, na tentativa do governo brasileiro em diversificar suas parcerias, deu-se uma aproximação política com a China no plano multilateral, entretanto as relações econômicas bilaterais ficaram restritas ao Japão.

Ainda segundo o autor, apesar da tentativa da diplomacia brasileira em diversificar o plano político e econômico, o fortalecimento da aproximação econômico com a China ocorreu apenas em meados da década de 1990. Dentre os principais motivos que levaram a esta aproximação estão a rápido e intenso crescimento econômico chinês e a disputa comercial incitada pela proposta de criação de uma Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA), que foi entendida pelo governo chinês como um obstáculo à penetração de atores externos.

Esta parceria estratégica decorre da motivação e do fato de que ambos os países pertencem a mercados emergentes com grande potencial e pela oportunidade viabilizada pelo governo brasileiro de absorção de seus produtos pelo mercado chinês, assim como pela possibilidade de fornecimento de insumos e investimentos requisitados pelo governo brasileiro, quando necessário. Por outro lado, a aproximação comercial também esconde um viés político na tentativa de fortalecer a atuação conjunta dos dois países em organismos internacionais (OLIVEIRA, 1987).

Esta última definição encontra apoio no fato de que, desde o final da Guerra Fria, o mundo passa por um processo de redefinição do Comércio Internacional e, similarmente, de reordenamento internacional, com um impasse contínuo na definição das novas regras, tornando importante a aliança estratégica entre os países. Neste sentido, o que se busca na atualidade é a formação de uma frente entendida como um processo de *Cooperação SUL-SUL*, para discussão e defesa de interesses comuns entre os países em desenvolvimento, frente aos países desenvolvidos. Vale ressaltar, todavia, que em hipótese alguma o que se busca é a um movimento de oposição ou repulsa frente aos interesses dos países desenvolvidos, mas sim uma estratégia de posicionamento que seja comum e faça frente ao atual estágio das negociações nos diferentes fóruns multilaterais.

Dentro deste contexto, a China representa uma importante e grande oportunidade para intensificar as relações comerciais e econômicas com o Brasil, dado seu intenso e expressivo crescimento econômico. Os setores brasileiros que podem beneficiar-se desta aliança estratégica são inúmeros, e vão desde o setor agrícola até o setor de manufaturas, da cooperação tecnológica a serviços de engenharia, de áreas estratégicas

como a siderurgia e hidrocarbonetos a patentes de produtos farmacêuticos, entre diversos outros setores.

Por fim, a intensificação da aproximação sino-brasileira pode ser altamente promissora ao Brasil, por um lado, pela complementaridade no plano econômico e, por outro, pela presença contínua em ambos os países, ao longo dos últimos 30 anos, de uma real vontade política do estabelecimento de uma cooperação tanto no plano das relações econômicas bilaterais, quanto na atuação conjunta frente aos organismos internacionais.

Paralelamente, Cabral (2005) analisa o contexto da política externa brasileira, mais especificamente, as relações comerciais sino-brasileiras, dando ênfase aos aspectos bilaterais desta relação com a nova ordem mundial Pós-Guerra Fria. Segundo o autor, o ano de 1999 foi marcado por três acontecimentos importantes no plano das relações entre os países.

O primeiro deles foi a comemoração do 25º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. A partir do momento em que o então presidente Ernesto Geisel transformou um encontro de trabalho numa missão comercial na China, as relações bilaterais entre os dois países se intensificou.

A partir deste momento, firmaram-se relações convergentes no plano mais alto da política internacional. Sobretudo, se estabeleceu a ideia de que o novo século se iniciaria com desafios que deveriam ser respondidos de maneira conjunta entre os dois maiores países do mundo em desenvolvimento, de modo a contribuir incisivamente para a criação do mundo multipolar.

Ainda segundo Cabral (2005), o segundo grande acontecimento, que despertou a atenção do mundo da ciência e da tecnologia, foi o lançamento do satélite *CHINESE-BRASILIAN EARTH RESOURCES (CBERS)*, construído através de uma parceria entre os dois países. Além do plano tecnológico, o lançamento do satélite teve outra importância simbólica: rompeu com o monopólio dos norte-americanos e europeus no mapeamento e levantamento de nossos recursos naturais, tão importantes e decisivos para reconhecimento de nossa soberania nacional, auxiliando o mapeamento do território e possibilitando maior autonomia no rastreamento de nossas riquezas naturais. Assim, o Brasil, com o apoio da China, deu o primeiro passo na era espacial.

Por fim, o último acontecimento marcante foi a realização do primeiro encontro entre intelectuais chineses e brasileiros, destinado a estabelecer um plano mútuo de

aproximação e reconhecimento brasileiro-chinês. Realizado em 1999, o encontro contou com a presença de acadêmicos, empresários, escritores, políticos, altos funcionários estatais e diplomatas dos dois países.

A retomada como grande potência da imponente China frente ao Mundo Ocidental também foi marcada pela reaquisição de Macau, 452 anos após o domínio luso na região, bem como da comemoração do cinquentenário da fundação da República Popular da China.

Por fim, Cabral (2005) constata que ao longo dos últimos 50 anos, muitas mudanças ocorreram no mundo. Após o término da Guerra Fria, a China se reergueu como grande potência. Não é, pois, de se espantar que muito tenha sido escrito, e gerado preocupação por parte do mundo ocidental, afinal trata-se da nação mais populosa do mundo. Independentemente do viés e se os autores são pró ou contra, todos reconhecem a relevância do “ressurgimento” da China como um acontecimento decisivo para os próximos anos do século XXI.

“Se a partir dos anos 60, a China não houvesse chegado a possuir bombas atômicas e de hidrogênio, nem lançado satélites, não poderia chamar-se grande potência, de significativa influência, nem deter a posição internacional que detém agora.”- Deng Xiaoping.

De acordo com as análises de Barbosa e Mendes (2006), Brasil e China apresentam modelos de desenvolvimento e de inserção externa distintos. Os autores dividem a relação comercial entre os dois países em dois períodos, sendo o primeiro de 1999 a 2003, e o segundo, após 2004.

No primeiro período, segundo os autores, a estruturação do padrão de comércio gerou expressivos superávits favoráveis ao Brasil, em virtude da valorização do preço das *commodities* no mercado internacional. Todavia, após 2004, observou-se uma mudança neste padrão de comércio, através das seguidas reduções dos superávits comerciais do Brasil e do ganho de mercado dos produtos manufaturados chineses, especialmente em setores mais dinâmicos, como o de máquinas e eletrônicos. Em acréscimo, há a constatação de que os investimentos chineses se mostraram muito mais dinâmicos que os investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil.

Mais adiante, os autores enfatizam as relações políticas e diplomáticas entre os países, partindo do pressuposto de que o governo brasileiro optou, estrategicamente, em privilegiar as relações comerciais bilaterais com o país asiático. Esta constatação foi

feita com base na atitude adotada pelo governo em aceitar a China como Economia de Mercado, votando a seu favor na Comissão de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), em troca da aprovação da China da entrada do Brasil no Conselho de Segurança do mesmo organismo; soma-se a isto o fato de ter havido no mesmo período uma negociação que pôs fim a algumas barreiras comerciais e fitossanitárias no setor de alimentos.

Barbosa e Mendes (2006) ressaltam ainda as pressões sofridas pelo governo pelos dois lados do empresariado brasileiro, após a mudança da estratégia de comércio. Se por um lado encontra-se o empresariado que se opõe fortemente a esta aliança estratégica, alegando estar em posição de desvantagem pela concorrência desleal com os produtos chineses, do outro está o empresariado que se beneficia com o padrão de comércio concentrado nas commodities (e sua valorização no cenário internacional).

Em acréscimo, Castilho (2006) constata que diferentes trabalhos analisam a evolução das relações bilaterais entre os dois países e que os efeitos desta aproximação são percebidos de forma diferenciada para os diferentes agentes. Se para alguns a China é considerada um mercado em potencial importante para as exportações brasileiras, para outros a forte entrada de produtos chineses é vista como concorrente à produção brasileira.

A autora analisa se os impactos são benéficos ou prejudiciais à produção brasileira do ponto de vista do mercado de trabalho, uma vez que nele são criados constantemente novos postos de trabalho em decorrência do aumento das exportações, da mesma forma que outros postos são “ameaçados” pela entrada dos produtos chineses. Assim, pretende-se mostrar como a intensificação do comércio Brasil - China afeta o mercado de trabalho, mais especificamente, o emprego no Brasil.

Castilho (2006) parte do reconhecimento de que existem diferenças setoriais no grau de elaboração dos produtos, o que, por sua vez, impacta de formas diferentes sobre o emprego (com base na intensidade do uso do fator trabalho e do perfil de qualificação da mão-de-obra). Paralelamente, constata-se que, embora a intensificação do comércio também tenha ocorrido com outros países de mercados emergentes, como os países conhecidos como BRIC'S (Rússia, Índia e África do Sul), a importância adquirida pela China nos últimos anos foi muito superior, resultado do intenso fluxo de mercadorias entre os dois países.

Apesar de o comércio bilateral ter apresentado saldos positivos a favor do Brasil, a especialização brasileira concentrou-se, principalmente, em bens com baixo valor agregado e a importação de bens mais sofisticados tecnologicamente. Comparativamente, a pauta exportadora do Brasil para a China hoje, em muito se assemelha a que o país tem com o Japão e a União Europeia, com a exportação de produtos pouco elaborados e o menor peso de produtos industrializados.

Observou-se também que a evolução do Comércio com a China trouxe importantes consequências ao mercado de trabalho brasileiro. O número de empregos gerados pelas exportações foi muito superior àqueles que são potencialmente afetados pelas importações oriundas da China. Todavia, vale ressaltar que o tipo de emprego gerado pelo fluxo comercial entre os países reflete o baixo conteúdo tecnológico e o baixo valor agregado daquilo que é exportado do Brasil para a China.

Logo, o impacto do comércio com a China no mercado de trabalho reflete o que de fato ocorre com o fluxo de mercadorias: em termos quantitativos, a taxa de crescimento do emprego tem sido significativa. Todavia, em termos qualitativos, o peso do emprego gerado pelo comércio bilateral é majoritariamente concentrado nas faixas de baixa qualificação. O desafio consiste, portanto, na possibilidade de aproveitar o crescimento chinês criando empregos que necessitem de mão-de-obra qualificada e de “melhor qualidade” (CASTILHO, 2006).

Uma vez exposto um breve contexto das relações econômicas e comerciais entre Brasil e China, pretende-se nos demais capítulos compreender como o rápido processo de desenvolvimento da China pode beneficiar a economia brasileira, bem como entender as características do seu modelo de desenvolvimento, a ênfase na produção e no investimento, o elevado potencial e mercado consumidor chinês.

### **3. CAPÍTULO II**

#### **PANORAMA ATUAL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-BRASILEIRAS**

O contexto político e econômico do início do século XXI foi diferente em relação à década anterior. Países em desenvolvimento se uniram na busca de uma estruturação de uma ordem mundial multipolar, buscando maior espaço nas grandes decisões mundiais, fossem elas políticas, econômicas ou militares. Neste contexto, a aproximação

econômica entre Brasil e China reflete o aumento da importância desses países no cenário mundial.

Após a queda da União Soviética, os Estados Unidos da América surgiam para o mundo como o único polo de poder político e econômico capaz de ditar as normas e o ritmo de funcionamento da economia global. Entretanto, poucos perceberam a lenta e eficaz transformação iniciada pela China. (PAULINO, 2011).

A República Popular da China é a nação mais populosa do mundo com 1,36 bilhão de habitantes. Seu PIB é o segundo maior do mundo, estimado em 7,3 trilhões de dólares em 2011, sendo o país que registrou o maior crescimento econômico ao longo dos últimos 25 anos. Com uma taxa de crescimento próxima dos 10% ao ano durante mais de duas décadas, a China transformou-se em uma das economias mais prósperas do planeta e estabeleceu um novo panorama nas relações de poder política e econômica mundial.

Após a ascensão ao poder do Partido Comunista Chinês, resultados significativos no que se refere à industrialização, comércio exterior e consumo interno fomentaram o crescimento econômico do país, tornando a China um dos principais parceiros comerciais de diversos países, como o Brasil.

O impacto mundial do crescimento econômico chinês ainda é discutido e analisado por diversos especialistas, entretanto, a evolução da conjuntura política e econômica global considera a ascensão chinesa como um fator crítico na definição dos cenários globais de curto, médio e longo prazo no século XXI.

Neste contexto, a ascensão da China afetou direta ou indiretamente a estrutura produtiva de diversos países, em especial a dos países latino-americanos, seja pela elevada demanda por commodities agrícolas e minerais, produzidos em abundâncias pelos países da região, seja pelo deslocamento das exportações industriais, como é o caso do Brasil.

Segundo Pires e Paulino (2011), a aproximação entre Brasil e China conecta os dois maiores mercados emergentes do Oriente e do Ocidente, podendo representar uma nova estruturação da geografia econômica e diplomática do mundo, dado o potencial econômico apresentado pelos países.

Ainda segundo os autores, este novo cenário internacional cria uma oportunidade histórica para a construção de uma nova estrutura econômica global. Ambos os países

apresentam desafios semelhantes, dentre eles algumas barreiras encontradas para exportações de seus produtos no mercado europeu e norte-americano.

Entretanto, ao analisarmos o comércio bilateral entre Brasil e China, há de se ter cuidado, pois a capacidade industrial chinesa pode representar riscos para o Brasil. Um dos efeitos mais notáveis do impacto e do dinamismo econômico chinês foi o boom no preço das commodities, o que alavancou a exportações de matérias-primas para a China. Após anos, a pauta exportadora brasileira voltou a ser composta, majoritariamente, por produtos agrícolas.

Se a intensificação do comércio Brasil-China não permitir que as exportações brasileiras aumentem seu valor agregado e o grau de elaboração de seus produtos, apenas estará se repetindo o padrão de trocas comerciais do Brasil com os Estados Unidos, Japão e a Europa.

Segundo Paulino (2011), o processo de abertura econômica e comercial chinesa se sustentou em dois pilares: diversificação e exportações. A China, a exemplo de outras nações desenvolvidas, percebeu que uma das características fundamentais do processo de desenvolvimento é a diversificação da estrutura produtiva.

Ao evoluir de sociedades basicamente agrícolas e produtoras de matérias-primas, para sociedades com ampla estrutura produtiva e com vasta gama de produtos industrializados, muitos países desenvolvidos garantiram, não só, um aumento substancial da renda da população, como também, captaram parte da demanda mundial de bens industriais, e assim melhoraram os termos de troca de suas exportações, alcançando uma maior fatia da renda global.

Em acréscimo, a China combina uma série de fatores que juntos a tornam um país atraente aos investimentos estrangeiros, mais especificamente, das empresas multinacionais. Além da localização, o país asiático apresenta grande disponibilidade de mão-de-obra qualificada e de baixo custo, oferta abundante de capital e um dos maiores mercados consumidores do mundo.

Diante de tantos atrativos, a China tornou-se, entre os países em desenvolvimento, a principal destinatária dos investimentos externos, em especial após a sua adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001. O aumento do fluxo de investimento direto estrangeiro para a China prova o aumento da importância dos chineses para a economia global, como pode ser observado no Quadro 1.

No ano de 2010, a China figurava em segundo lugar no ranking mundial dos países em IDE, ficando apenas atrás dos Estados Unidos. Segundo dados da Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de um total de aproximadamente US\$ 1,12 trilhão de investimentos mundiais, a China recebeu US\$ 101,0 bilhões (aproximadamente 10% do total).

**Quadro 1** – Investimento Direto Estrangeiro em 2010.

<b>Investimento Direto Estrangeiro em 2010</b>		
<b>(Em bilhões de dólares)</b>		
1°	EUA	186,1
2°	China	101,0
3°	Hong Kong	62,0
4°	França	57,0
5°	Bélgica	50,5
6°	Reino Unido	46,0
7°	Rússia	39,7
8°	Cingapura	37,4
9°	Alemanha	34,4
10°	Brasil	30,2

Fonte: UNCTAD apud O Estado de São Paulo, 18/01/2011, p. B7.

Pedroso e Silva (2010) relatam que parte da literatura atual tenta associar a disparidade de desempenho das economias brasileiras e chinesa através das diferentes formas como ambos os países enfrentaram o processo de globalização. Os autores demonstram a relação entre a vulnerabilidade externa brasileira e a opção pela política de inserção internacional.

Segundo os autores, embora a política econômica adotada pelo governo FHC (1995-2002) tenha conseguido controlar a inflação, os efeitos da adoção dos preceitos neoliberais que previam, entre outros, a liberalização comercial e as privatizações como medida a diminuir o tamanho do Estado mostraram-se incongruentes com a recuperação

do crescimento econômico sustentável brasileiro, tanto que, no período, a taxa de crescimento econômico sofreu fortes oscilações.

As políticas de abertura comercial e financeira, em acréscimo às políticas de estabilização monetária, baseadas na sobrevalorização cambial do real provocaram “abruptas elevações do coeficiente de importação e deslocamento das exportações para as commodities” (MEDEIROS, 1998). As consequências desta política de inserção se refletiram na baixa taxa de crescimento da economia brasileira, no índice de desemprego, no desmonte do aparelho produtivo industrial e na perda de importantes setores estratégicos para a formulação de políticas industriais.

Em contrapartida, a China não promoveu sua abertura econômica de forma tão abrupta. O governo chinês adotou, entre outros mecanismos, políticas de educação, de absorção de tecnologias e técnicas administrativas através de diversos mecanismos, incentivando assim a concorrência interna antes de promover choques externos de competitividade.

Paulino (2011) fundamenta que no plano teórico das chamadas “teorias puras” do comércio internacional, ou seja, a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, bem como a teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson tentam demonstrar que é indiferente para um país especializar-se na produção de bens industriais ou agrícolas, pois quando os países se especializam na produção dos bens nos quais possuem vantagens comparativas, em tese, estariam em melhor situação do que se optassem por viver em uma economia na qual produzissem tudo o que necessitam para o seu consumo interno.

Com base nas suposições expostas acima, os países que optassem por esta estrutura apresentariam maior eficiência, dado que a especialização leva, de modo geral, a eficiência produtiva. Não obstante, os termos de troca dependem da elasticidade da demanda dos produtos.

Neste contexto, é sabido que as commodities e matérias-primas tendem a apresentar uma elasticidade da demanda baixa, pois quando seu preço sobe, são substituídas por produtos similares ou, simplesmente, diminuem-se a intensidade de uso.

Vale ressaltar, entretanto, que os chineses, diferentemente de alguns países, como o Brasil, perceberam que países que dominam tecnologias de ponta avançam e se desenvolvem muito mais rapidamente do que os países que importam tecnologias ou que apresentam a pauta exportadora predominantemente composta por commodities,

uma vez que dominam parcelas cada vez maiores dos mercados mundiais de produtos dinâmicos e, conseqüentemente, uma maior fatia da renda global.

Por isso, os chineses adotaram desde o início do processo de abertura comercial e reformas internas um conjunto de medidas que visasse promover a transferência de tecnologia para as empresas locais, com o propósito de elevar o grau de sofisticação tecnológica de seus produtos. Não é de se espantar, pois, que em poucos anos o país tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de produtos manufaturados de alta tecnologia (PAULINO, 2011).

**Quadro 2** – Exportadores Seleccionados de Produtos de Alta Tecnologia. (1997-2008).

Exportadores Seleccionados de Produtos de Alta Tecnologia - 1997-2008 (em US\$ bilhões)												
País	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
China	40,2	45,7	51,9	69,5	88,1	106,6	159,9	226,3	289	355,5	405,6	434,8
EUA	216,7	227,9	242,8	273,6	251	228,7	233,4	258,9	278,2	317,7	300,3	307,4
Alemanha	104,4	115,9	121,6	126	130,6	135,3	152,8	190,7	201,9	221,5	210,7	218,9
Japão	170,7	152,3	162,8	189,7	163,7	137,7	151,6	173,2	163,2	161,7	123,4	121,2
Coréia do Sul	51,5	49	62,7	79,1	73,3	67,6	80,9	103,5	107,7	112,9	88,1	90,7
México	31	36,7	42,3	51,7	50	48,3	47,2	52,3	54,3	63,4	62,7	68,6
Brasil	3,5	4,3	5,3	8,5	7,8	7,1	6	7,6	9,7	10	10,4	11,1
Rússia	1,9	2,6	2,1	2,4	3,6	4,8	5,4	5,3	3,1	4,2	3,4	3,5

Fonte: COMTRADE e OCDE - elaboração FIESP

Ainda segundo Paulino (2011), no que se refere ao investimento externo, a China adotou uma política comercial focada nas exportações ao mesmo tempo em que manteve uma política industrial forte em setores considerados estratégicos para sua inserção na economia mundial. Alguns fatores, entretanto, tornaram este processo muito mais fácil, como seu amplo e abundante mercado interno, que funcionou como uma poderosa alavanca para forçar a transferência de tecnologias para as empresas locais.

Adicionam-se a isso o crescimento econômico alcançado pelos investimentos de empresas estatais chinesas, com políticas de proteção à indústria nacional em acréscimo a postura adotada pelos líderes do país em relação à absorção de investimentos, às privatizações, à formulação de políticas industriais e a desvalorização do câmbio (PEDROSO E SILVA, 2011).

Outra notável característica da expansão e da busca por novos mercados adotada pela China é a evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês no Brasil. Dentre os motivos que levam uma empresa a investir em outros mercados estão a garantia de produção nos mercados locais ou mundiais a um menor custo, bem como a existência de vantagens competitivas em relação às empresas locais, como um maior nível tecnológico, gerencial e de marketing, acesso privilegiado às informações e a determinados insumos sobre os quais haja um domínio na cadeia produtiva mundial ou acesso a maiores volumes de capital (PAULINO, 2011).

No que se refere aos investimentos das empresas chinesas no Brasil, observa-se que depois de anos de aprendizado tecnológico por parte destas empresas, surgiram, nos mais diversos setores, um grupo de empresas chinesas altamente eficientes e produtivas, capazes de competir em qualquer parte do mundo, devido ao seu grande e em expansão mercado interno, e ao acesso a grande volumes de capital, proporcionados pelo Estado através do setor bancário, e pelo intenso e crescente fluxo de capital externo (reservas internacionais).

Ainda segundo Paulino (2011), embora os investimentos chineses no Brasil concentrem-se, majoritariamente, no setor de recursos naturais (energia, mineração, agricultura, etc.), também tem se direcionado aos setores de infraestrutura, como o setor de distribuição de energia e transportes, bens de consumo, bens de capital e também na área financeira.

Os impactos desta onda de investimentos podem ser extremamente positivos ao país, pois como os investimentos chineses em recursos naturais vem normalmente acompanhados de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos) para o escoamento da produção, isso cria bases para que o país cresça e se desenvolva, uma vez que ajuda a eliminar parte dos gargalos econômicos que o Brasil possui.

Assim, é importante ressaltar que os investimentos em setores como o de infraestrutura, especialmente na área de transportes, apresenta relação direta com os investimentos na produção de recursos naturais, visto que o escoamento desses recursos está diretamente condicionado à existência de infraestrutura de transportes adequada.

Recentemente, em evento realizado em Brasília, as autoridades brasileiras e chinesas assinaram um acordo de cooperação mútua, englobando áreas como planejamento estratégico, transporte, infraestrutura, energia e agricultura. Durante o encontro, foi noticiado a intensão do governo chinês em investir bilhões de reais em

alguns setores econômicos brasileiros. Para o governo brasileiro, esta parceira é altamente estratégica, já que viabilizaria a manutenção de obras de infraestrutura e investimentos industriais.

Paralelamente, dentre os principais itens da negociação, foi iniciado um estudo de viabilidade econômica e ambiental conjunto entre Brasil, China e Peru para a construção de uma ferrovia transcontinental, que sairá do leste brasileiro cortando o continente sul-americano, passando pelo Peru, na Cordilheira dos Andes, em direção ao Oceano Pacífico.

O projeto ambicioso, estimado em mais de 10 bilhões de dólares, será analisado pelos países. Caso concretizado, a ferrovia trará grandes benefícios aos países, pois aos chineses interessa aumentar sua presença econômica na região, já que necessitam dos recursos naturais para sustentar sua expansão econômica, enquanto que para o Brasil a transcontinental configuraria uma rota alternativa ao escoamento da produção brasileira pelo oceano pacífico, hoje dependente do canal do Panamá.

Entretanto, há de se ter cuidado para que as negociações sejam benéficas a ambos os países. Se não houver uma estratégia por parte do governo, as negociações com o país asiático poderão ocorrer em bases indesejadas, aumentando a compra de matérias-primas brasileiras pela China e, em contrapartida, o Brasil aumentando a importação de produtos manufaturados chineses. Por fim, torna-se necessário um plano de ação conjunta entre os dois países, de modo que tanto o Brasil, quanto a China se beneficiem do acordo.

#### **4. CAÍTULO III**

##### **ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL SINO-BRASILEIRA (2001-2010)**

A evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada tanto pelo crescimento das importações quanto das exportações. O comércio bilateral tem se expandido a taxas quase duas vezes superiores às registradas tanto pelas exportações quanto pelas importações globais brasileiras ao longo da década, demonstrando a importância do país asiático no comércio exterior brasileiro.

Antes de dar início à análise da Balança Comercial do Brasil ao longo da última década, faz-se necessário esclarecer algumas variáveis que serão utilizadas ao longo do capítulo. Primeiramente, é preciso definir o que são exportações e importações.

As importações são definidas como a quantidade de bens e serviços produzidos em outros países e que são adquiridos pelos agentes internos (pessoas, empresas e governo). Em contrapartida, as exportações são caracterizadas pela quantidade de bens e serviços produzidos internamente e que são vendidos (enviados) a outros países. A Balança Comercial representa, resumidamente, as importações e exportações de bens e serviços entre diversos países.

Assim sendo, quando as exportações são maiores que as importações observa-se um superávit na Balança Comercial (BC). Em contrapartida, quando as importações superam as exportações, a BC é deficitária.

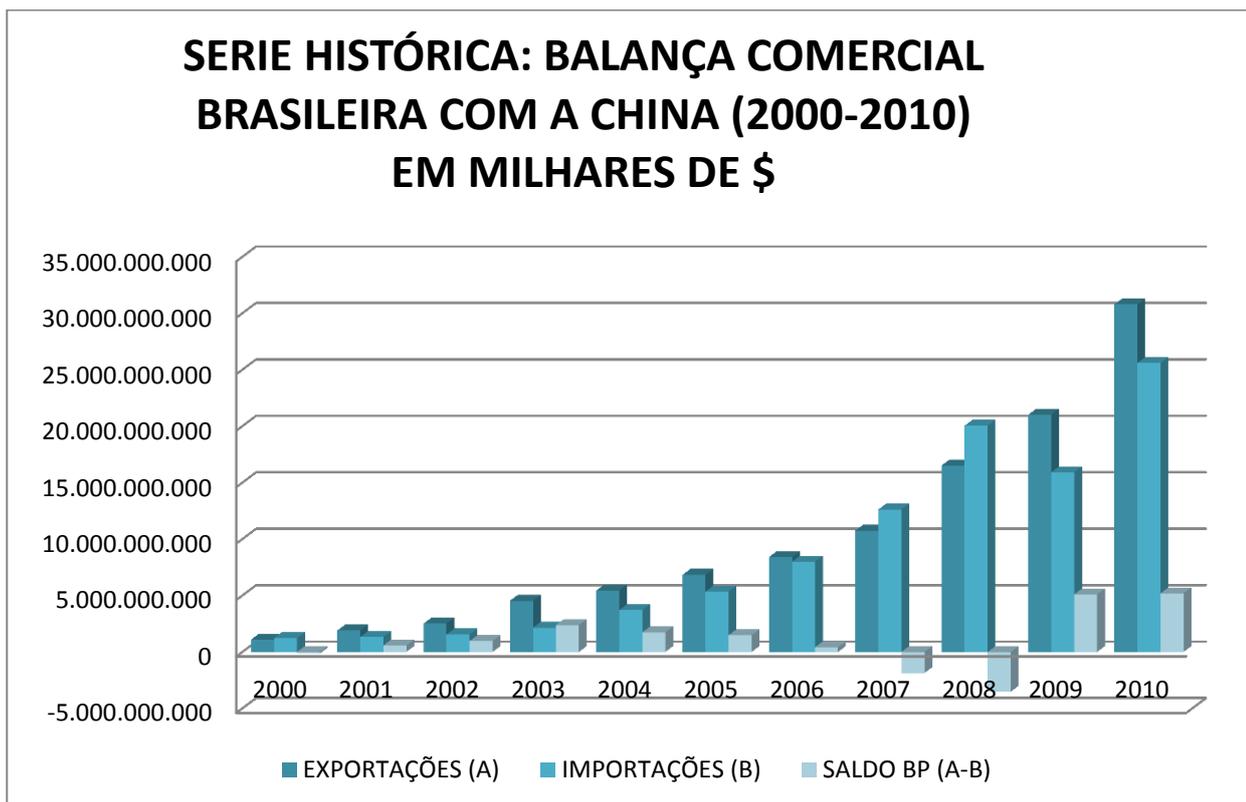
Para efeito de análise, a metodologia aplicada para o estudo dos dados será a classificação por valor agregado. De acordo com a SECEX (Secretaria do Comércio Exterior), o Brasil adota a classificação por fator agregado ao realizar o acompanhamento das exportações e importações.

As mercadorias são classificadas como produtos básicos ou industrializados, sendo que os produtos industrializados são subdivididos em duas categorias: produto semimanufaturado e manufaturado. Uma vez estabelecido o critério, os produtos básicos são aqueles que possuem características próximas ao estado em que são encontrados na natureza. Como exemplo, podemos citar o café em grão, soja em grão, carne in natura, milho em grão, etc.

Em contrapartida, os produtos industrializados são aqueles que passaram por um processo de transformação expressivo. Os produtos semimanufaturados ainda não se encontram em sua forma definitiva de uso, seja final ou intermediário, já que deverão passar por outro processo produtivo para se transformarem em produto manufaturado. Como exemplos, podemos citar o açúcar bruto, que será transformado em açúcar refinado, produtos semimanufaturados de ferro/aço, que se transformarão em laminados planos, a celulose que será convertida em papel, etc. Por fim, os produtos manufaturados (produtos finais) já passaram pelo processo de transformação necessário e se encontram em sua forma pronta para o uso final dos agentes.

Dando início à análise da Balança Comercial entre Brasil e China, do ponto de vista das relações comerciais, o comércio sino-brasileiro cresceu expressivamente ao

longo da última década. No período compreendido entre os anos de 2001 e 2010 a relação comercial entre os dois países cresceu mais de vinte vezes, conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Este desempenho tornou a China o maior parceiro comercial do Brasil, suplantando a longa hegemonia americana em nosso comércio exterior.



**Gráfico 1** – Série Histórica: Balança Comercial com a China (2000-2010)  
Fonte: MDIC/SECEX – Elaborada pelo autor

Como pode ser observado no gráfico 1, a evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada tanto pelo aumento das exportações quanto pelas importações. No período analisado, observa-se que o Brasil apresentou superávit comercial expressivo ao longo dos anos, à exceção dos anos de 2007 e 2008, devido à iminência da crise econômica mundial.

**Quadro 3 - Intercâmbio Comercial Brasil-China (Série Histórica em milhares de \$)**

Ano	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	RESULTADO	
	US\$ FOB (A)	US\$ FOB (B)	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)
2001	1.902.122.203	1.328.389.311	573.732.892	3.230.511.514
2002	2.520.978.671	1.553.993.640	966.985.031	4.074.972.311
2003	4.533.363.162	2.147.801.000	2.385.562.162	6.681.164.162
2004	5.441.405.712	3.710.477.153	1.730.928.559	9.151.882.865
2005	6.834.996.980	5.354.519.361	1.480.477.619	12.189.516.341
2006	8.402.368.827	7.990.448.434	411.920.393	16.392.817.261
2007	10.748.813.792	12.621.273.347	-1.872.459.555	23.370.087.139
2008	16.522.652.160	20.044.460.592	-3.521.808.432	36.567.112.752
2009	21.003.886.286	15.911.133.748	5.092.752.538	36.915.020.034
2010	30.785.906.442	25.595.419.005	5.190.487.437	56.381.325.447

Fonte: MDIC/SECEX – elaborado pelo autor

De 2001 a 2010, a corrente comercial entre os dois países aumentou mais de 10 vezes, passando de US\$ 3,2 bilhões para mais de US\$ 56,3 bilhões. Este desempenho fez a China saltar da 12ª posição em 2000 para colocar-se como o principal parceiro comercial do Brasil, superando países como Estados Unidos e Argentina, os quais historicamente sempre se destacaram como importantes parceiros comerciais. Nas exportações, a China é atualmente principal comprador de produtos brasileiros, e nas importações destaca-se como um dos principais compradores.

Ressalta-se também que as exportações cresceram mais se comparadas às importações no mesmo período. Com efeito, as exportações cresceram cerca de vinte e oito vezes, enquanto as importações aumentaram em torno de vinte vezes.

Entre 2001 e 2003, a elevação do ritmo das exportações ocorreu em ritmo mais acelerado do que nas importações, permitindo gerar saldos comerciais crescentes. Entretanto, entre 2003 e 2007 observa-se uma queda na taxa média anual de expansão das exportações para 24,1%, enquanto a aquisição de bens chineses ampliou-se em aproximadamente 55%, ocasionando a redução dos superávits, que culminou num déficit de US\$ 1,9 bilhão em 2007, após seis anos consecutivos de superávits comerciais.

Neste contexto, vale ressaltar que o comércio sino-brasileiro se expandiu a taxas quase duas vezes maiores às taxas registradas tanto pelas exportações quanto pelas

importações globais brasileiras ao longo da última década, demonstrando a importância do país asiático no comércio exterior brasileiro.

Ao analisarmos os dados, pura e simplesmente, pode-se pensar que o Brasil obteve vantagem comercial em relação ao país asiático, uma vez que o saldo da Balança Comercial tem sido mais favorável ao Brasil no período analisado. Entretanto, ao efetuar-se um estudo mais detalhado dos produtos que compõem a pauta exportadora, observa-se que o aumento da receita das exportações brasileiras ocorreu basicamente pelo aumento dos preços das *commodities*. Constata-se o peso excessivo alcançado por produtos com menor grau de elaboração; não obstante, o resultado é o oposto ao analisarmos as importações. Os produtos manufaturados são predominantes entre os itens importados, como se pode observar Quadro 4.

**Quadro 4** - Exportação Brasil-China (Série Histórica – Total por Valor Agregado em milhares de \$)

Ano	TOTAL	Básicos	Industrializados
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	1.902.122.203	1.154.984.154	738.364.079
2002	2.520.978.671	1.550.628.243	962.556.192
2003	4.533.363.162	2.266.346.265	2.254.380.558
2004	5.441.405.712	3.231.762.245	2.200.270.084
2005	6.834.996.980	4.673.891.426	2.145.326.093
2006	8.402.368.827	6.213.222.707	2.154.811.501
2007	10.748.813.792	7.927.295.420	2.804.042.274
2008	16.522.652.160	12.830.029.631	3.681.089.948
2009	21.003.886.286	16.310.729.663	4.684.253.284
2010	30.785.906.442	25.755.497.382	5.016.760.785

Fonte: MDIC/ SECEX – elaborado pelo autor

Com relação aos bens comercializados, observa-se que as exportações brasileiras para o país asiático concentraram-se em *commodities* agrícolas e minerais, correspondendo em mais de 70% da pauta de exportação para a China. Segundo dados obtidos na SECEX, os principais itens comercializados ao longo da década são soja e minério de ferro, petróleo, couros e peles, celulose, óleo de soja bruto, fumo em folhas, ferro-ligas, catodos de cobre, madeira serrada e ferro fundido.

**Quadro 5** - Importação Brasil-China (Série Histórica – Total por Valor Agregado em milhares de \$)

Ano	TOTAL	Básicos	Industrializados
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	1.328.389.311	139.642.447	1.188.746.864
2002	1.553.993.640	227.309.574	1.326.684.066
2003	2.147.801.000	326.212.087	1.821.588.913
2004	3.710.477.153	389.370.734	3.321.106.419
2005	5.354.519.361	245.778.933	5.108.740.428
2006	7.990.448.434	202.519.041	7.787.929.393
2007	12.621.273.347	321.506.433	12.299.766.914
2008	20.044.460.592	864.485.183	19.179.975.409
2009	15.911.133.748	255.852.321	15.655.281.427
2010	25.595.419.005	535.605.508	25.059.813.497

Fonte: MDIC/ SECEX – elaborado pelo autor

Em contrapartida, a pauta importadora caracterizou-se pela presença de produtos de maior grau de elaboração e, conseqüentemente, de maior valor agregado. Ainda segundo a SECEX, podemos destacar dentre os principais itens importados ao longo da década máquinas e equipamentos, aparelhos e equipamentos eletroeletrônicos, instrumentos de precisão, produtos químicos, têxteis e confecções, siderúrgicos, brinquedos e calçados.

Assim, embora a Balança Comercial tenha apresentado superávits positivos no período analisado, ao efetuar-se um estudo mais detalhado da pauta exportadora, observa-se que o saldo positivo foi alavancado principalmente pela valorização dos preços dos produtos primários (agricultura, indústria extrativista, entre outros). Não obstante, o aumento da participação das commodities na pauta exportadora ocorreu também em termos quantitativos, visto que ao final da década já foi possível notar uma queda na cotação das commodities no mercado internacional, mas a forte demanda chinesa possibilitou um aumento da quantidade de produtos exportados.

Esta análise evidencia que houve uma “reprimarização” da pauta exportadora brasileira, em decorrência da perda de participação da indústria, evidenciada pela queda das exportações de manufaturas, em favor do aumento da participação da agricultura e da indústria extrativista. Esta reprimarização da pauta exportadora torna o país mais

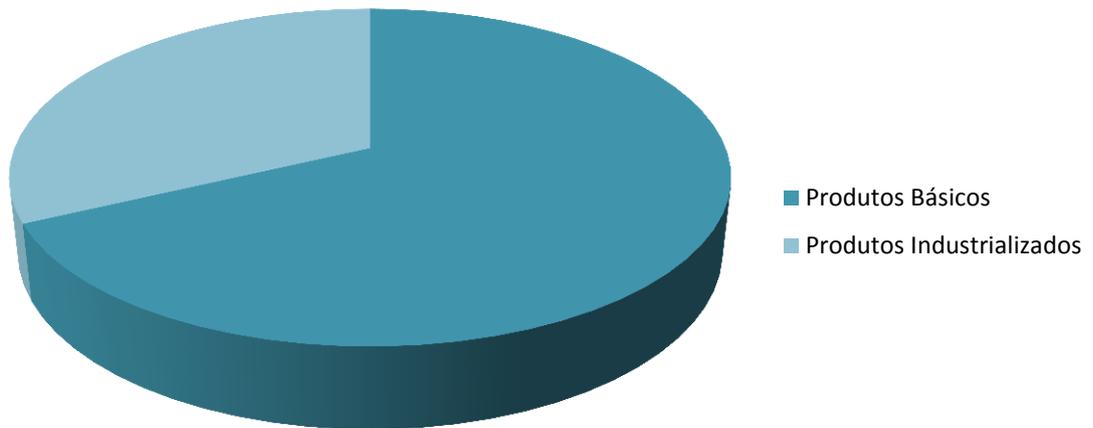
dependente dos preços externos, bem como mais suscetível aos efeitos negativos de um possível choque de preços.

Este efeito pode ser explicado, em parte, pela grande demanda chinesa por alimentos e de sua indústria altamente intensiva em recursos naturais, o que propiciou um aumento considerável nas exportações de commodities, sobretudo minério de ferro, soja, petróleo, e celulose. Como já ressaltado anteriormente, a intensificação do comércio bilateral tornou a China o maior parceiro comercial do Brasil, posição que detém até o momento.

Com efeito, ao analisar os bens comercializados, observa-se que as exportações brasileiras para a China concentraram-se em produtos básicos (commodities agrícolas e minerais). De acordo com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a expansão do saldo comercial em atividades intensivas em recursos naturais e de baixa tecnologia, juntamente com a retração das exportações em produtos de escala média e alta tecnologia representam um deslocamento relativo de nossa atividade produtiva de setores com maior produtividade e maiores salários para atividades com menor produtividade e menores salários.

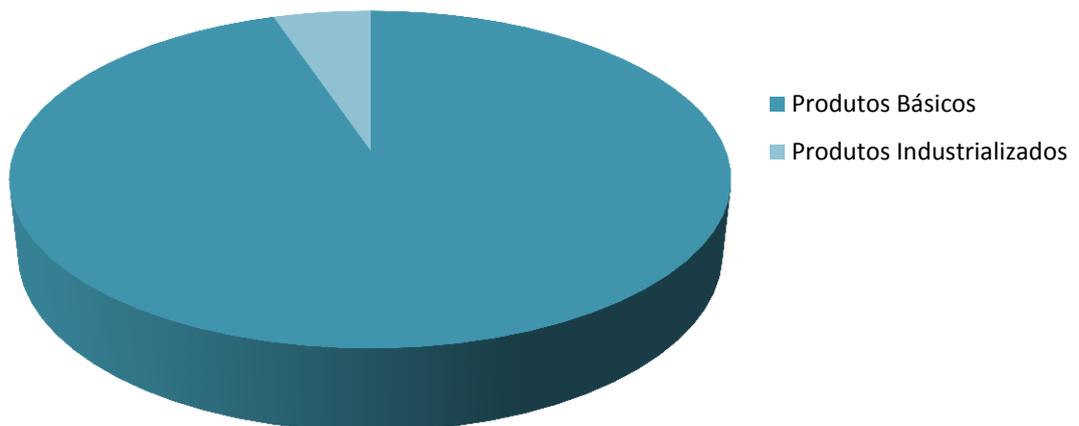
Com base nos dados obtidos no MDIC (Ministério da Indústria e Comércio), ao efetuar-se uma comparação da série histórica, observa-se o aumento das exportações de produtos básicos no final da década em relação ao início da mesma, como pode ser observado nos gráficos 2 e 2.1.

## EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA (2001)



**Gráfico 2** – Exportações Brasileiras para a China (2001)  
Fonte: MDIC/SECEX – Elaborado pelo autor

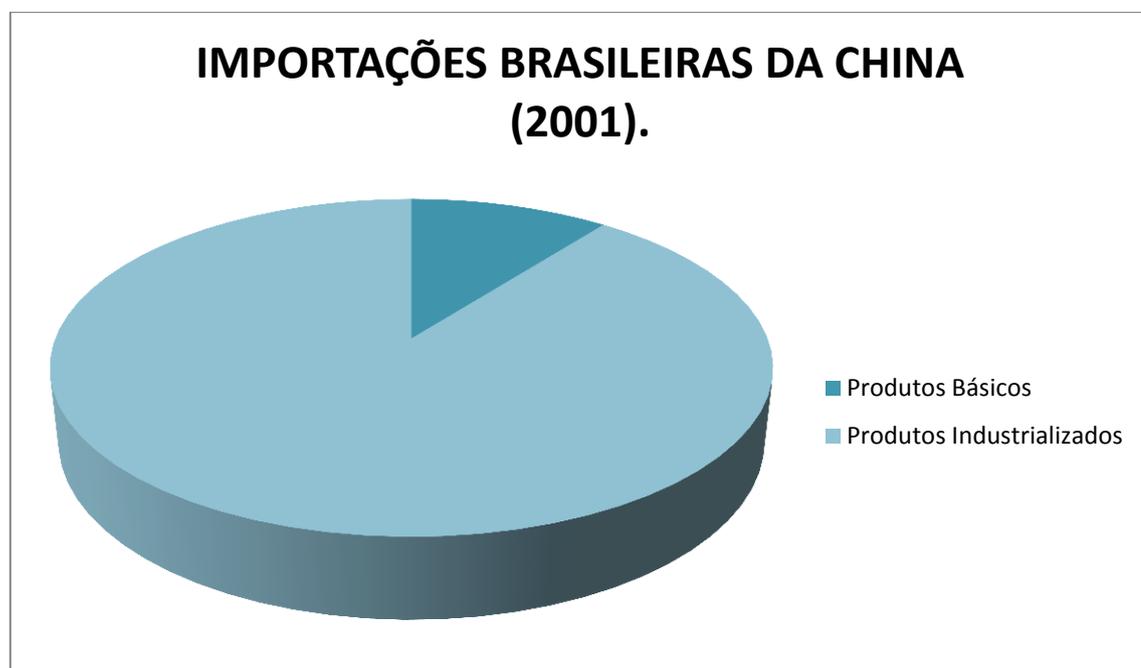
## EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA (2010)



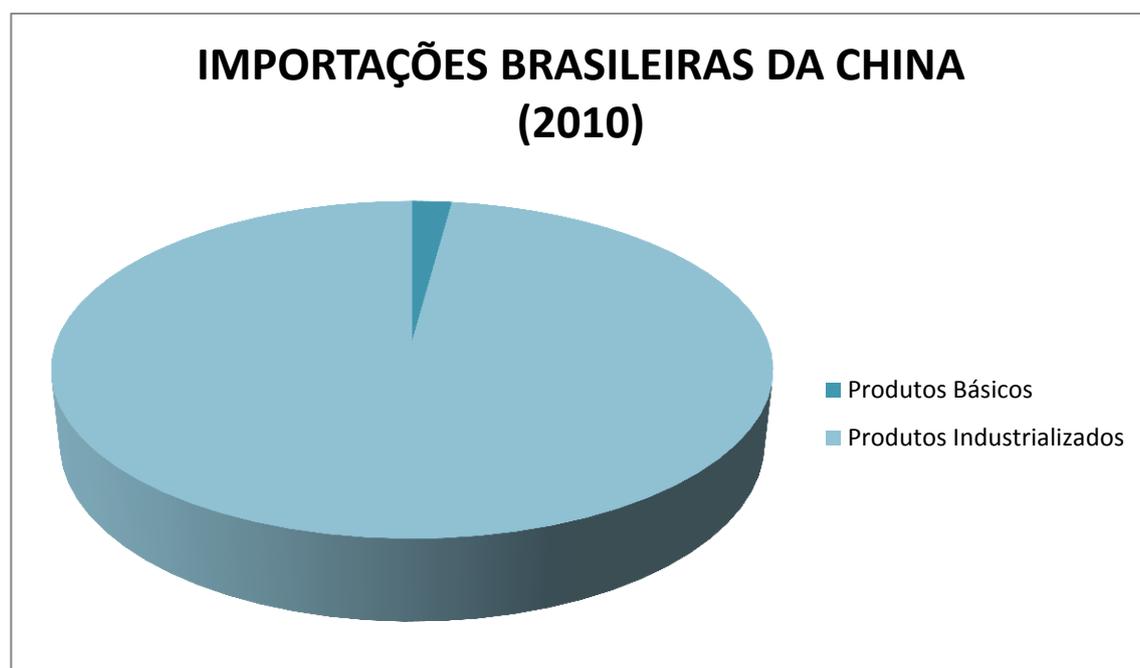
**Gráfico 2.1** – Exportações Brasileiras para a China (2010)  
Fonte: MDIC/SECEX – Elaborado pelo autor

Não obstante, diferentemente do resultado apresentado pelas exportações, ao analisar as importações, os setores mais importantes da pauta importadora são os setores intensivos em escala de média e alta tecnologia. Ao efetuar-se uma comparação da séria histórica, observa-se o aumento das importações de produtos industrializados e de alta

tecnologia ao final da década em relação ao início da mesma, como pode ser observado nos gráficos 3 e 3.1.



**Gráfico 3** – Importações Brasileiras da China (2001)  
Fonte: MDIC/SECEX – Elaborado pelo autor.



**Gráfico 3.1** – Importações Brasileiras da China (2010)  
Fonte: MDIC/SECEX – Elaborado pelo autor.

De modo geral, o padrão das exportações brasileiras para o país asiático se manteve muito próximo ao longo da última década, uma vez que as vendas para China se concentraram no envio de soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, bem como a forte tendência de crescimento de produtos oriundo do agronegócio, como couros e peles, carne, algodão e celulose. Concomitantemente, as importações oriundas da China mantiveram-se concentradas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos.

Contudo, faz-se importante frisar que, embora a capacidade produtiva chinesa possa representar riscos à indústria nacional, a imposição de barreiras às importações chinesas não é solução para os problemas enfrentados pela indústria nacional, já que muitas das empresas brasileiras são dependentes das importações de componentes eletrônicos, peças, equipamentos e maquinários da China para manterem-se competitivas.

A ascensão da República Popular da China foi o principal motor do crescimento da economia mundial ao longo das últimas décadas, e o Brasil foi um dos grandes beneficiários deste movimento. Notadamente, o crescimento do país asiático gerou fenômenos como o aumento dos preços das commodities e uma forte intensificação das relações comerciais entre os países.

Em relação ao Brasil, a exportação de commodities foi uma das grandes responsáveis pelo crescimento econômico do país nas últimas décadas, isso é um fato. Este efeito ainda deve continuar, mesmo com a diminuição do ritmo de crescimento chinês previsto para os próximos anos. Não há nada de errado em exportar commodities, principalmente enquanto o mercado estiver aquecido e trazer benefícios ao Brasil.

Entretanto, há de se ter cuidado, pois a desaceleração da indústria observada nos últimos anos preocupa o empresariado, pois alguns dos principais setores industriais do país começaram a sofrer quedas significativas, o que aponta, entre outras causas, o aumento do consumo de produtos importados.

Todavia, a perda de competitividade da indústria brasileira não pode ser atribuída exclusivamente ao ganho de mercado dos produtos importados, entre eles os chineses, nem ao aumento das exportações de produtos agrícolas. É notório que o fortalecimento da indústria frente a um mercado cada vez mais competitivo, depende da superação do chamado “Custo-Brasil”, representado pela alta carga tributária, custos de energia, logísticas, de investimento, supervalorização do real entre outros gargalos

econômicos. Assim, é preciso oferecer um ambiente que incentive a produtividade das indústrias aqui instaladas.

Diante dos fatos, pode-se afirmar que o momento é oportuno para coordenar ações comuns a fim de permitir maior participação ativa de ambos os países nos mais diversos organismos de coordenação internacional política e econômica.

Como exemplo, podemos citar a criação do G20 e o papel que vem desempenhando nas discussões sobre uma saída da crise econômica. Após o término da Guerra Fria, tornou-se necessário uma reestruturação dos mecanismos de coordenação internacional herdados da Conferência de Breton Woods (1945), como o FMI e o Banco Mundial.

Ao longo dos últimos anos, as relações de poder passaram por mudanças significativas, e os atuais mecanismos de decisões nos organismos internacionais não mais correspondem à realidade econômica internacional, em especial no que concerne a importância política e econômica dos países em desenvolvimento, como os países que compõem o bloco dos BRIC'S (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), juntamente com o México e outras importantes economias em desenvolvimento.

Outra importante fonte que pode ser desenvolvida, a longo prazo, está no campo do comércio bilateral e dos investimentos diretos das empresas. Para que isso ocorra, se faz necessário fortalecer e diversificar o comércio entre Brasil e China, bem como medidas que estimulem não só o comércio, mas também o turismo e a cultura dos países.

No campo da educação e cultura, podemos citar a instalação de centros de estudo e divulgação da cultura chinesa nas universidades brasileiras, bem como da cultura brasileira nas universidades chinesas, dando incentivo à divulgação de obras de autores e artistas dos países. Em acréscimo, há de se estimular um maior intercâmbio entre alunos das universidades brasileiras e do país asiático.

Por fim, com a maior cooperação entre os países o desenvolvimento nos campos da ciência, tecnologia e meio-ambiente podem ser fortemente beneficiados. Assim, para que tal cenário possa ser concretizado se faz necessário um elevado esforço de ambos os países em um cenário de convergência que beneficie a ambos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDENUR, Roberto. **O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação.** Política Externa – 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas e MENDES, Ricardo Camargo. **As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil.** Dialogue on Globalization - (FRIEDRICH EBERT STIFTUNG) – 2006.

BID. **China y América Latina: Nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo.** BID/Intal, Buenos Aires.

CASTILHO, Marta R. **Impactos distributivos do comércio Brasil-China: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho brasileiro.** Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) – 2006.

DUQING, Chen. **Os 25 anos da relação sino-brasileiras.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – 1999.

FLORES e WANATUKI. **Is China a Northern Partner to Mercosul?** Ensaio Econômico, no 617, FGV – Rio de Janeiro – 2006.

MACHADO, J. B. e FERRAZ, G. **Comércio Externo da China: efeitos sobre as exportações brasileiras.** Texto para Discussão no. 1182. IPEA, Brasília - 2006.

MENEZES, Adolpho Justos Bezerra. **O Brasil e o mundo ázio-africano.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti. – 1956.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira e as Relações Comerciais Brasil-África.** São Paulo, Tese de Doutorado/USP, 1987.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégias e Potencialidades.** São Paulo. Editora LCTE, 2011.

PUGA, F.; CASTRO, L.; FERREIRA, F.; e NASCIMENTO, M. **O Comércio Brasil - China: situação atual e potencialidades de crescimento.** Texto para Discussão no. 104. BNDES, Rio de Janeiro. – 2004.

TEIXEIRA, Leite. **A China no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp – 1999.